

A escola pública: formas de exclusão e de controle¹

Alberto Albuquerque Gomes²

Resumo

A expansão escolar foi um dos grandes acontecimentos dos séculos XIX e XX.

Ao mesmo tempo em que incorporou alunos das classes populares, criou *novos regulamentos* para a convivência interna e *novas regulações para a vida externa*: mecanismos de controle disciplinar interno e formas de regulação da oferta do ensino público e gratuito.

Assim, nos propusemos a analisar as seguintes questões: 1. A massificação da educação não assegurou a democratização do ensino; 2. Para que serve a escola? Qual é o sentido da escola actual? 3. O Brasil, classificado entre as dez mais poderosas economias do globo, ao mesmo tempo, é um país com alguns dos piores indicadores sociais; 4. A escola passou a lidar com uma série de problemas antes identificados como "sociais".

Assim, alguns desafios são propostos à escola: 1. assegurar a permanência dos alunos na escola; 2. assegurar que o aluno aprenda a trabalhar, tendo em vista um mundo do trabalho onde há cada vez menos trabalho; 3. o desenvolvimento de consciências críticas e espíritos solidários, capazes de reconstruir e reinventar, espaços e tempos de deliberação democrática.

Algumas teses sobre a escola de massas, desigualdades sociais e exclusão

Primeira tese: a massificação da educação, que coincide com a mudança da gramática da escola (escola para todos) não assegurou a democratização do ensino.

Apesar da massificação da escola, o ensino não foi democratizado – não basta ampliar o acesso - é preciso criar condições de permanência na escola. A evasão escolar é a prova mais contundente do fracasso da escola. Sem a pretensão de estabelecer uma comparação direta entre objetos que não são comparáveis, podemos observar esse fenômeno em Brasil e Portugal, com algumas semelhanças.

Segundo relatório divulgado pelo INEP, considerando o conceito de analfabetismo funcional, o Brasil possui atualmente aproximadamente 30 milhões de brasileiros, tendo como referência a população de quinze anos ou mais.

Em Portugal, em 2003, cerca de 40% dos alunos em idade escolar abandonaram precocemente o sistema educativo e 48% dos jovens entre 18 e 24 anos, está fora do ensino

¹ O presente Texto é um aprofundamento de algumas reflexões apresentadas no artigo "Escolarização e globalização: mitos e desafios" redigido em colaboração com Sílvia Adriana Rodrigues.

² Professor Assistente Doutor – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente – São Paulo – Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES em Estágio de Pós-Doutoramento junto à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. alberto@prudente.unesp.br.

(educação ou formação profissional) e inseridos no mercado de trabalho. Esta saída precoce do sistema educativo, conjugada com ingresso precoce no mercado de trabalho geralmente resulta em emprego não qualificado. Relatório (PNAPAE, 2004)

Ora, o que houve com a escola então? Se considerarmos que os sistemas educativos brasileiro e português ampliaram-se consideravelmente a partir dos anos 1970, verificaremos a procedência deste primeiro argumento: a ampliação do sistema educativo público não garantiu a democratização do ensino.

Segunda tese: para que serve a escola? Qual é o sentido da escola atual?

A escola tinha um sentido, mesmo que consideremos que nas sociedades capitalistas, a escola justifica e reproduz desigualdades [...] reproduz relações autoritárias, classistas, racistas e patriarcais [...] (Torres, 2001b), mas prometia a mobilidade social esperada por diversas camadas sociais para quem a educação era a melhor herança que podia se deixar a um filho. (Teodoro, 2003a)

Para que serve a escola num quadro de desmanche da sociedade do emprego ou salarial, dentro de uma realidade onde pode haver aumento da produtividade e da expansão econômica sem incrementos proporcionais de emprego? Que sentido crianças e jovens atribuem à escola atual?

Terceira tese: a escola passou a lidar com uma série de problemas antes classificados como sociais. O pluralismo de fatores que interferem na organização da escola, portanto, nos leva a dramático quadro no qual a escola se torna um instrumento daquilo que Boaventura de Sousa Santos chama de fascismo societal. Segundo o autor, trata-se de um fascismo renovado que não sacrifica a democracia, (Santos, 2002), que se manifesta na forma de apartheid social, da insegurança, na crise da educação, etc.

Em outras palavras, quando se diz que a escola é pública e aberta a todos, sem restrições, aparentemente exerce-se na plenitude a democracia assegurando um direito social a todos os cidadãos. Entretanto, por trás dessa aparência democrática, há um "fascismo educacional", que discrimina, estigmatiza, aparta, e que exclui milhares de jovens e crianças sem expulsá-los da escola.

Quarta tese: a escola hoje, acessível a todos, em alguns casos em tempo integral, não passa de um espaço de segregação social: reúne-se num mesmo espaço aqueles indivíduos (jovens e crianças) que ameaçam a ordem social, e mesmo que não aprendam nada, estão ali sob controle de um eficiente aparelho do Estado.

Argumentos a favor da escola

Ensinar ao maior número de alunos, ensinando a todos como se fossem um só, foi principal característica da escola do século XX. Dentre tantas novidades do contrato social moderno, a educação escolarizada passou a ser considerada como direito inalienável. Porém, a universalização da escola não assegura a equidade social. Do ponto de vista formal, ela se apresenta como neutra e acessível a todos, o que aumenta a pressão sobre escola, com

novas exigências tanto da população que deseja a ela aceder, como de empresários e contratantes de mão-de-obra que esperam da escola a "distribuição" de competências que assegure emprego e disponibilidade de braços.

Essas novas exigências, decorrentes da modernização dos processos produtivos e da globalização, referem-se a: 1. que a escola prepare um trabalhador que domine um conjunto de competências básicas necessárias no novo mundo do trabalho; 2. a educação é o principal recurso da sociedade global; 3. o atual mundo do trabalho exige um novo trabalhador, mais escolarizado e participativo, contrapondo-se aos trabalhadores especializados e desqualificados da época fordista.

Toda essa falácia sobre a nova escola e as novas competências para o mundo do trabalho representam sérios entraves para a construção de uma escola que se configure como espaço de luta. Enquanto os professores encontram-se pressionados pelo discurso oficial que os desqualifica e pelas manifestações de insatisfação de seu público (os alunos), - e em decorrência disso, freqüentemente reajam de forma relutante e passiva - a identidade da escola vai sendo esvaziada e distorcida.

Porém, apesar de algumas perspectivas desanimadoras em relação à escola, é possível construir alguns argumentos favoráveis a ela, propondo o enfrentamento dos seguintes desafios:

1. fazer com que as pessoas estudem por mais tempo, oferecer educação que atraia os jovens à escola e os estimule a ficarem lá por mais tempo, o que não corresponde necessariamente a um curso acadêmico, propedêutico e uniforme.
2. outro desafio refere-se à necessidade de aprender a trabalhar, não no sentido do desenvolvimento de habilidades e competências adequadas para um mercado onde há cada vez menos trabalho, sobretudo para os jovens, O desafio então, é formar pessoas autônomas para um mundo do trabalho que se torna cada vez mais fechado.
3. a construção de uma nova escola para enfrentar estes novos desafios sociais, com absoluta clareza de que à escola não cabe a responsabilidade exclusiva de preparar crianças e jovens para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho. Este é um desafio a ser partilhado solidariamente.

Assim, um dos desafios cruciais a ser enfrentado pela escola parece ser o seguinte: como convencer as crianças e os jovens que chegam à escola que ela serve para alguma coisa e que ela pode ser outra coisa diferente do que é?

Acima de tudo, entendemos que é papel da escola desenvolver consciências críticas e espíritos solidários que sejam capazes de reconstruir e reinventar, no dizer de (Santos, 2002), de espaços e tempos de deliberação democrática. Ainda que a construção de uma nova escola e de uma nova sociedade não possa ser confinada à questão da democratização do espaço-tempo, parece-nos ser esse um bom caminho para continuarmos rompendo as barreiras das cavernas, dos guetos, dos isolamentos que continuam afligindo a humanidade contemporânea em tempos de globalização.

Bibliografia

- Frigotto, G. (1999). Globalização e Crise do Emprego: Mistificações e Perspectivas da Formação Técnico-Profissional. Boletim Técnico do Senac, 25, 1-32.
- Gomes, A. A., Cruz, M. D. (2004). Indisciplina e violência no universo da escola: algumas reflexões. Revista Lusófona de Educação, 67-87.
- Inep. (2001). Mapa do Analfabetismo no Brasil. Retrieved 2 de junho de 2004, from <http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo/>
- PNAPAE. (2004). Relatório do Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar. Retrieved 2 de junho de 2004, from http://www.min-edu.pt/ftp/docs_stats/sintese-ccapa.pdf
- Ponte, J. P. d. (2002). Os processos de transformação da gramática escolar. In J. B. Duarte (Ed.), Igualdade e diferença numa escola para todos. Contextos, controvérsias, perspectivas (pp. 65-75). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Santos, B. V. (2002). Reinventar a democracia (2 ed. Vol. 4). Lisboa: Gradiva.
- Soysal, Y. N., Strang, D. (1989). Construction of the first mass education systems in Nineteenth-century Europe. Sociology of education, 62, 277-288.
- Teodoro, A. (2003a). Globalização e educação. Políticas educacionais e novos modos de governação. São Paulo: Cortez.
- Torres, C. A. (2001a). Democracia, educação e multiculturalismo. Dilemas da cidadania em um mundo globalizado. Petrópolis: Vozes.
- Torres, C. A. (2001b). Escola, reprodução social e transformação. Teses diabólicas ou realidade do cotidiano escolar. In A. Teodoro (Ed.), Educar, promover, emancipar: Contributos de Paulo Freire e Rui Grácio para uma pedagogia emancipatória (pp. 171-175). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.